

LIBRO DE ACTAS

XIII CONGRESO  
INTERNACIONAL  
**IBERCOM**  
COMUNICACIÓN,  
CULTURA E ESFERAS  
DE PODER

29,30 E 31 DE MAIO FACULTADE DE CIENCIAS DA COMUNICACIÓN  
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA





Libro de Actas. XIII Congreso Internacional Ibercom / Margarita Ledo Andión, María Inmacolata Vassallo de Lopes. Santiago de Compostela: IBERCOM, AssIBERCOM, AGACOM, 2013. 3866 p.

ISBN: 978-84-695-7564-2

1.XIII Congreso Internacional Ibercom- 2. Comunicación- 3. Cultura- 4. Esferas de poder.

Editoras:

Margarita Ledo Andión e María Inmacolata Vassallo de Lopes

Editores técnicos:

Xosé Pereira Fariña, Carlos Toural Bran

Edita:

AssIBERCOM / AGACOM

ISBN:

978-84-695-7564-2

Colaboran:



XIII Congreso Internacional IBERCOM  
Comunicación, Cultura e Esferas de Poder

Santiago de Compostela, 29, 30 e 31 de maio de 2013

### **Comité organizador**

Margarita Ledo Andión (Universidade de Santiago de Compostela)  
Presidenta

Xosé López García (Universidade de Santiago de Compostela)  
Secretario

Xosé Ramón Pousa (Universidade de Santiago de Compostela)  
Secretaría Técnica

### **Vogais**

Ana Isabel Rodríguez (Universidade de Santiago de Compostela)

Emma Torres Romay (Universidade de Vigo)

Amanda Paz (Universidade de Santiago de Compostela)

María Salgueiro (Universidade de Santiago de Compostela)

Francisco Campos Freire (Universidade de Santiago de Compostela)

Xosé Soengas (Universidade de Santiago de Compostela)

Xosé Pereira (Universidade de Santiago de Compostela)

Juan Manuel Corbacho Valencia (Universidade de Vigo)

Carmen Costa (Universidade de A Coruña)

Silvia Garía Mirón (Universidade de Vigo)

José Videla (Universidade de A Coruña)

Xosé Rúas Araújo (Universidade de Vigo)

Valentín Alejandro Martínez (Universidade de A Coruña)

Marcelo Martínez Hermida (Universidade de Santiago de Compostela)

Mónica Valderrama (Universidade de Vigo)

Miguel Tüñez López (Universidade de Santiago de Compostela)

Marta Pérez Pereiro (Universidade de Santiago de Compostela)

## **Comité Científico**

António Holdfeld, Presidente INTERCOM (Brasil)  
Carlos Arroyo, Vice-Presidente AssIBERCOM (Bolivia)  
César Siqueira Bolaño, Presidente ALAIC  
Clemencia Rodríguez (Colombia)  
Emma Torres, UViço (Galicia)  
Enrique Bustamante, Vicepresidente AE-IC, AssIBERCOM (España)  
Enrique Sánchez, AssIBERCOM (México)  
Francisco Sierra, Vicepresidente CONFIBERCOM  
Gabriel Kaplún, Universidad de la República (Uruguay)  
Gustavo Cimadevilla, AssIBERCOM (Argentina)  
Immacolata Vassallo, Presidenta AssIBERCOM (Brasil)  
Ingrid Steinbach, AssIBERCOM (Bolivia)  
José Marques de Melo, Presidente de SOCICOM (Brasil)  
Kaarle Nordesnstreng, U. Tampere (Finlandia)  
Lucía Castellón, AssIBERCOM (Chile)  
Luis Humberto Marcos, Secretario Xeral AssIBERCOM (Portugal)  
Margarida M. Krohling Kunsch, Vicepresidenta AssIBERCOM (Brasil)  
Margarita Ledo Andión, Vicepresidenta AssIBERCOM, Presidenta AGACOM (Galicia)  
Miquel de Moragas, Presidente AE-IC  
Moisés de Lemos Martins, Pres. CONFIBERCOM, Pres. de SOPCOM (Portugal)  
Rosa Franquet Calvet, Presidenta Societat Catalana de Comunicació (Catalunya)  
Ulla Carlsson, Presidenta NORDICOM  
Xosé López García, Secretario AGACOM (Galicia)  
Xosé Soengas Pérez, USC (Galicia)

## **Internet e democracia deliberativa: A participação do público e a sua relação com os profissionais dos meios convencionais.**

Torres da Silva, Marisa

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa)

[marisatorresilva@hotmail.com](mailto:marisatorresilva@hotmail.com)

### **1. Introdução**

As potencialidades da Internet no âmbito da comunicação pública têm sido apontadas por vários autores, que destacam, entre outros aspectos: a produção de novos espaços para a informação, debate e interação (Dahlberg, 2001: 1); a possibilidade de uma participação mais activa em processos de deliberação (Esteves, 2007: 220; Papacharissi, 2002: 11), contribuindo assim para a revitalização da comunicação política (Coleman & Blumler, 2009: 10); ou o alargamento dos actores sociais que intervêm na construção das notícias, devido à expansão do “locus” da produção jornalística (Fenton, 2010: 10-11).

Baseando-se em pesquisas previamente realizadas, a presente comunicação procura, neste sentido, realizar um “overview” teórico subordinado ao tópico das formas de participação proporcionadas pelo ambiente *online* dos media convencionais informativos, centrando-se especificamente nas consequências da Internet na comunicação pública (potencialidades e desafios), bem como na relação entre os profissionais e o seu público emergente dos novos veículos de participação.

### **2. Internet e democracia deliberativa: questões e desafios**

A concepção de democracia deliberativa assenta num ideal de autonomia política baseada na racionalidade prática dos cidadãos, cuja deliberação pública tem como propósito influenciar o processo de tomada de decisão por parte do sistema político, bem como, simultaneamente, intensificar a vitalidade das instituições democráticas (Dahlgren, 2006: 29).

Desenvolvida por diversos autores contemporâneos, como John Rawls, Joshua Cohen, Habermas, James Bohman ou Amy Gutmann, a noção de democracia deliberativa assenta na seguinte ideia: a legitimidade das decisões políticas exige a inclusão de todos os interessados no processo público na sua formulação. Nessa sequência, os teóricos da democracia deliberativa argumentam que o exercício da cidadania vai além da mera participação no processo eleitoral e implica o envolvimento dos cidadãos num processo contínuo de discussão pública dos assuntos que os afectam.

Ao constituírem-se como forma de acesso ao espaço público, os media possibilitam a divulgação desses processos de formação discursiva da opinião (Silveirinha, 2004: 229), conferindo (pelo menos em potência) visibilidade aos problemas que afectam os cidadãos. A incorporação da Internet nos media convencionais vem, assim, reforçar a pertinência da teoria da democracia deliberativa, ao promover espaços para o debate público, a partir dos quais se gera a deliberação (Ferreira, 2010: 103).

O trabalho de Jürgen Habermas e a sua teorização sobre a esfera pública e comunicação racional (Habermas, 1994 [1962], 2001) recebeu, aliás, uma atenção acrescida com a emergência de novas ferramentas comunicacionais “bottom-up” proporcionadas pela Internet (De Keyser and Raeymaeckers, 2010: 2). Autores como Lincoln Dahlberg, entre outros, têm, com efeito, procurado analisar a qualidade democrática dos debates que ocorrem no ambiente discursivo online, para avaliar as potencialidades da Internet no aprofundamento da comunicação pública (Dahlberg, 2001, 2004).

De acordo com pesquisas empreendidas por diversos acadêmicos que seguem esta linha de abordagem, e apesar do reconhecimento das possibilidades acrescidas que a net veio introduzir ao nível do debate democrático, as conclusões, não obstante ligeiras variações, apontam num mesmo sentido: a fragmentação e a segmentação por grupos de interesse, a monopolização das discussões por um pequeno grupo de participantes, a veiculação de ideias "apressadas", a violência verbal e a incivildade, bem como as sucessivas fraudes na identidade e a ausência de diálogo entre os participantes (Morais, 2011; Ferreira, 2010; Papacharissi, 2002; Dahlberg, 2001; Silva, 2011), não cumprindo por isso os critérios normativos da democracia deliberativa, como a racionalidade, a reciprocidade ou a reflexividade.

Ainda que estes requisitos normativos "sejam úteis e necessários para definir direcções" (Dahlgren, 2005: 156), o ambiente online pode, no entanto, estimular a circulação de modos discursivos para além da argumentação crítico-racional. A denominada "tendência racionalista" ("the rationalist bias") pode com efeito favorecer a marginalização de um vasto leque de modos discursivos que também podem ser importantes para a democracia, "incluindo o afectivo, o poético, o humorístico, o irónico, entre outros" (Dahlgren, *ibidem*), ou formas menos convencionais de argumentação (Rasmussen, 2008: 77). As teorias dominantes da democracia, entre as quais se encontra a teoria da democracia deliberativa, colocam uma tónica considerável na racionalidade, mas tendem a ignorar tudo o que se aproxima ao emocional ou afectivo (Dahlgren, 2009: 83). Contudo, a emoção pode ser também produtiva, centralizando a atenção em assuntos particulares e promovendo a participação política (Sobieraj *et al.*, 2011: 23).

Por outro lado, não podemos olhar para o ciberespaço como um local desligado dos antagonismos e desigualdades sociais que pautam as discussões políticas offline – nesse sentido, "não é a Internet a grande ameaça à nossa democracia, mas muito mais uma dada ordem social e política – a nossa – que cria, por vezes, grandes limitações à Internet (e às tecnologias do digital de um modo geral), nomeadamente quanto às suas potencialidades e capacidades democráticas" (Esteves, 2011: 36). Tal abordagem significa também um afastamento em relação a uma perspectiva determinista da Internet enquanto nivelador automático do poder comunicativo (como se as mudanças a nível da tecnologia implicassem uma melhoria automática das condições de debate) e, também, particularmente, uma maior abrangência nas análises empreendidas à circulação de discursos em ambiente online, que não devem ser vistas independentemente da cultura política e da ordem política/social em que se inserem. A Internet implica potencialidades visíveis na revitalização da comunicação política, mas esse potencial é vulnerável de acordo com a infraestrutura social, política e económica que a rodeia.

### **3. A participação do público nos media convencionais potenciada pelas novas tecnologias**

Os *mass media* convencionais viram o seu modo de funcionamento profundamente alterado com a emergência da Internet, não só ao nível das rotinas profissionais dos jornalistas, mas também no que diz respeito ao seu relacionamento com os receptores da mensagem jornalística. Os endereços de *email* dos jornalistas, a existência de *fóruns* de discussão (como por exemplo os comentários às notícias, o item mais popular de participação do público potenciado pelas novas tecnologias), a criação de comunidades virtuais ou o fenómeno dos *blogues*, entre outros mecanismos, evidenciam diferentes graus de participação das audiências desenvolvidas no contexto da presença *online* dos media tradicionais (Domingo, 2008: 687-94).

Estas possibilidades acrescidas para o debate público vão, aliás, de certa forma, ao encontro do papel democrático e da noção de serviço público subjacentes à própria visão idealizada do jornalismo. No entanto, e apesar da importância das várias (e novas) formas de

participação, pouca atenção tem sido dispensada à forma como os media convencionais actuam enquanto “anfitriões” destes veículos de comunicação pública.

Ainda assim, sublinhamos a existência de algumas pesquisas que enfatizam que, não obstante as acrescidas potencialidades para o envolvimento do público, os profissionais tendem a sublinhar o seu papel no controlo do processo noticioso e raramente interagem com a sua audiência, apesar da presença crescente de ferramentas interactivas (Vobic & Milojevic, 2012: 479; Rebillard & Touboul, 2010: 331).

Podemos por isso dizer, com base nos estudos efectuados por David Domingo ou Axel Bruns, que, por exemplo, a utilização crescente por parte das organizações jornalísticas tradicionais do “user-generated content” (USG) não trouxe revoluções ao processo de produção noticiosa, mas levou a que os profissionais perspectivassem de forma diferente o seu trabalho e também o público para o qual se dirigem, ou pelo menos, encará-lo como “audiência activa” em vez de receptores passivos das notícias. Aliás, à medida que as audiências se estão a tornar cada vez mais participantes activas na comunicação pública, as organizações jornalísticas deixam de poder operar enquanto enclave exclusivamente profissionalizado (Gurevitch *et al.*, 2009: 178).

As áreas que se destinam a albergar a opinião do público nos media convencionais (como, por exemplo, os comentários às notícias ou os fóruns) são, em detrimento de outros espaços (como as formas de jornalismo cidadão ou outros que impliquem ameaças ao controlo e identidade profissional dos jornalistas), as mais extensivamente utilizadas pelos media tradicionais quando se trata de chamar a si mesmas a responsabilidade de invocar a participação das audiências, num contexto em que as possibilidades a este nível se estão a tornar cada vez mais abrangentes.

Contudo, alguns estudos de caso (Ruiz *et al.*, 2011; Silva, 2011; Noci *et al.*, 2010) têm vindo a demonstrar que as estratégias de moderação destes espaços, onde o público se pode expressar e contribuir para a discussão pública sobre assuntos de interesse colectivo, são muito diversas e até contrárias, com um maior ou menor nível de intervenção editorial por parte das organizações, quer optando pela pré-moderação com registo, quer optando pela pós-moderação sem necessidade de registo. As diferentes atitudes adoptadas pelos media quando lidam com a participação do público poderiam ter como base razões relacionadas com a qualidade do debate (ao optar pela pré-moderação, a organização pode mais eficazmente prevenir problemas associados ao ambiente discursivo online, como ataques verbais) ou, ainda, com uma maior abertura à gestão efectuada pelas audiências e não pelos profissionais (deixando nas suas mãos a decisão de denúncia de posts abusivos, ao optar pela pós-moderação).

Todavia, as conclusões que se podem retirar destes estudos apontam para outros motivos – como, por exemplo, factores económicos (quantidade de recursos humanos e custos que a pré-moderação implica, ao exigir uma equipa de jornalistas dedicada a essa tarefa); ou, ainda, as já referidas controvérsias em torno da linguagem que pauta algumas das intervenções das audiências, o que pode até conduzir ao fecho dos espaços participativos, como já aconteceu em várias organizações jornalísticas, ou a um controlo ainda mais restrito por parte dos profissionais, o que acentua um olhar sobre a audiência “enquanto audiência” (Ruiz *et al.*, 2011) e não como co-produtora ou co-moderadora de espaços onde a sua participação é vital.

As referidas flutuações e controvérsias na moderação dos espaços participativos potenciados pelas novas tecnologias remetem, pois, para questões mais vastas, em particular, a reconfiguração da ecologia mediática actual, que coloca novos dilemas e desafios à forma como as organizações jornalísticas podem criar e manter fóruns que promovam o entendimento mútuo e a reciprocidade, mas também a inclusão das audiências num processo dinâmico, que, de certa forma, deixou de estar confinado exclusivamente às mãos dos profissionais.



Nessa sequência, importa também perspectivar a actuação dos media, a participação do público e a interligação entre profissionais e audiências num cenário mais vasto: o papel desempenhado pelas organizações jornalísticas é também ele moldado por circunstâncias sociais, pelo que as implicações dos novos espaços participativos, ao nível da comunicação pública, e também a performance dos media neste âmbito, não podem ser vistas de forma atomizada, separada de questões como os níveis de cultura cívica e política, bem como dos sistemas mediáticos (Hallin & Mancini, 2004) que envolvem organizações e profissionais.

## Referências bibliográficas

- Coleman, S.; Blumler, J. G. (2009). *The Internet and democratic citizenship. Theory, practice and policy*. Cambridge University Press.
- Dahlberg, L. (2001). "Computer-mediated communication and the public sphere: a critical analysis", *Journal of Computer-Mediated Communication* 7 (1).
- Dahlgren, P. (2005). "The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation", *Political Communication* 22: 147-162.
- Dahlgren, Peter (2006). "Civic participation and practices: beyond 'deliberative democracy'", Nico Carpentier et al. (eds.) *Researching Media, Democracy and Participation*. Tartu: Tartu University Press, pp. 23-35.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement. Citizens, Communication and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Domingo, D. (2008). "Interactivity in the daily routines of online newsrooms: dealing with an uncomfortable myth", *Journal of Computer-Mediated Communication* 13: 680-704.
- Esteves, J. P. (2007). "Os novos media na perspectiva da democracia deliberativa: sobre redes e tecnologias de informação e comunicação", E. B. Pires (org.). *Espaços públicos, poder e comunicação*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 209-224.
- Esteves, J. P. (2011). "Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação". *Media & Jornalismo* 18, vol. 10 (1): 31-45.
- Fenton, N. (2010). *New Media, Old News. Journalism and Democracy in the Digital Age*. London: Sage.
- Ferreira, G. (2010). "Internet e deliberação. A discussão política em fóruns online", *Media & Jornalismo* 16 (1): 99-114.
- Gurevitch, M.; Coleman, S.; Blumler, J. G. (2009). "Political Communication – old and new media relationships". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 625: 164-181.
- Habermas, J. (1994). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Habermas, J. (2001). *Facticidad e validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en término de teoría del discurso*. Madrid: Editorial Trotta.
- Hallin, Daniel C.; Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Keyser, J. D; Raeymaeckers, K. (2010). "Bottom-up or going down? The journalistic value of open online feedback opportunities", comunicação apresentada na IAMCR Convention, Braga, Portugal.
- Morais, R. (2011). "New technologies and deliberation: Internet as a virtual public sphere or a democratic utopia?" in Correia, J. C. & Maia, R. (org), *Public Sphere Reconsidered. Theories and Practices*. Covilhã: LabCom Books.
- Noci, J. D.; Domingo, D.; Masip, P.; Micó, J. L.; Ruiz, C. (2010). "Comments in News, Democracy Booster or Journalistic Nightmare: Assessing the Quality and Dynamics of

Citizen Debates in Catalan Online Newspapers". Paper presented to the International Symposium on Online Journalism, Austin, Texas.

- Papacharissi, Z. (2002). "The virtual sphere: the internet as a public sphere", *New Media Society* 4 (1): 9-27.
- Rasmussen, T. (2008). "The Internet and Differentiation in the Political Public Sphere", *Nordicom Review* 29 (2): 73-83.
- Rebillard, F.; Touboul, A. (2010). "Promises unfulfilled? 'Journalism 2.0', user participation and editorial policy on newspaper websites", *Media, Culture & Society* 32 (2): 323-334.
- Ruiz, C.; Domingo, D.; Micó, J. L.; Diaz-Noci, J.; Meso, K.; Masip, P. (2011). "Public Sphere 2.0? The democratic qualities of citizen debates in online newspapers". *The International Journal of Press/Politics* 16: 463-487.
- Silva, M. T. (2011). "Participation and deliberativeness: readers' comments on the Brazilian presidential campaign election as a case study". Comunicação apresentada na IAMCR Conference, Istanbul, Turquia.
- Silveirinha, M. J. (2004). *Identities, media e política: o espaço comunicacional nas democracias liberais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sobieraj, S.; Berry, J. M. (2011). "From incivility to outrage: political discourse in blogs, talk radio, and cable news", *Political Communication* 28 (1): 19-41.
- Vobic, I.; Milojevic, A. (2012). "Societal roles of online journalists in Slovenia and Serbia: Self-perceptions in relation to the audience and print journalists". *Participations: Journal of Audience and Reception Studies* 9 (2): 469-491.